



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2024-0093**  
**BI-2024-0047**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 08/05/2024      **Hora:** 11:30      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** Luis MAS. Machado

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada com aviso prévio, em conjunto com a Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico (Açores DMO), em contexto de pré-auditoria desta estrutura, representada pelo Dr. Paulo Garcia (Vogal da ESDT – Açores DMO).

No local, fomos acompanhados pelo Sr. Ezequiel dos Santos Gaspar Pereira Araújo (chefe de departamento de condução da Central Térmica do Aeroporto).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** EDA Renováveis, SA      **NIPC/NIF:** 512026840

**Sede/morada:** Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada da Lagoa do Fogo

**Código Postal:** 9600-590      **Freguesia:** Ribeira Grande (Conceição)

**Concelho:** Ribeira Grande      **Ilha:** Ilha de São Miguel

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Parque Eólico do Figueiral

**Endereço:** Figueiral

**Código Postal:** 9580      **Freguesia:** Almagreira

**Concelho:** Vila do Porto      **Ilha:** Ilha de Santa Maria

**Atividade principal:** 35113 - Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Outras atividades:** ---

**Período de funcionamento:** ---

**Licenciamento da atividade:** Licença de exploração – Proc.º 30-101/02

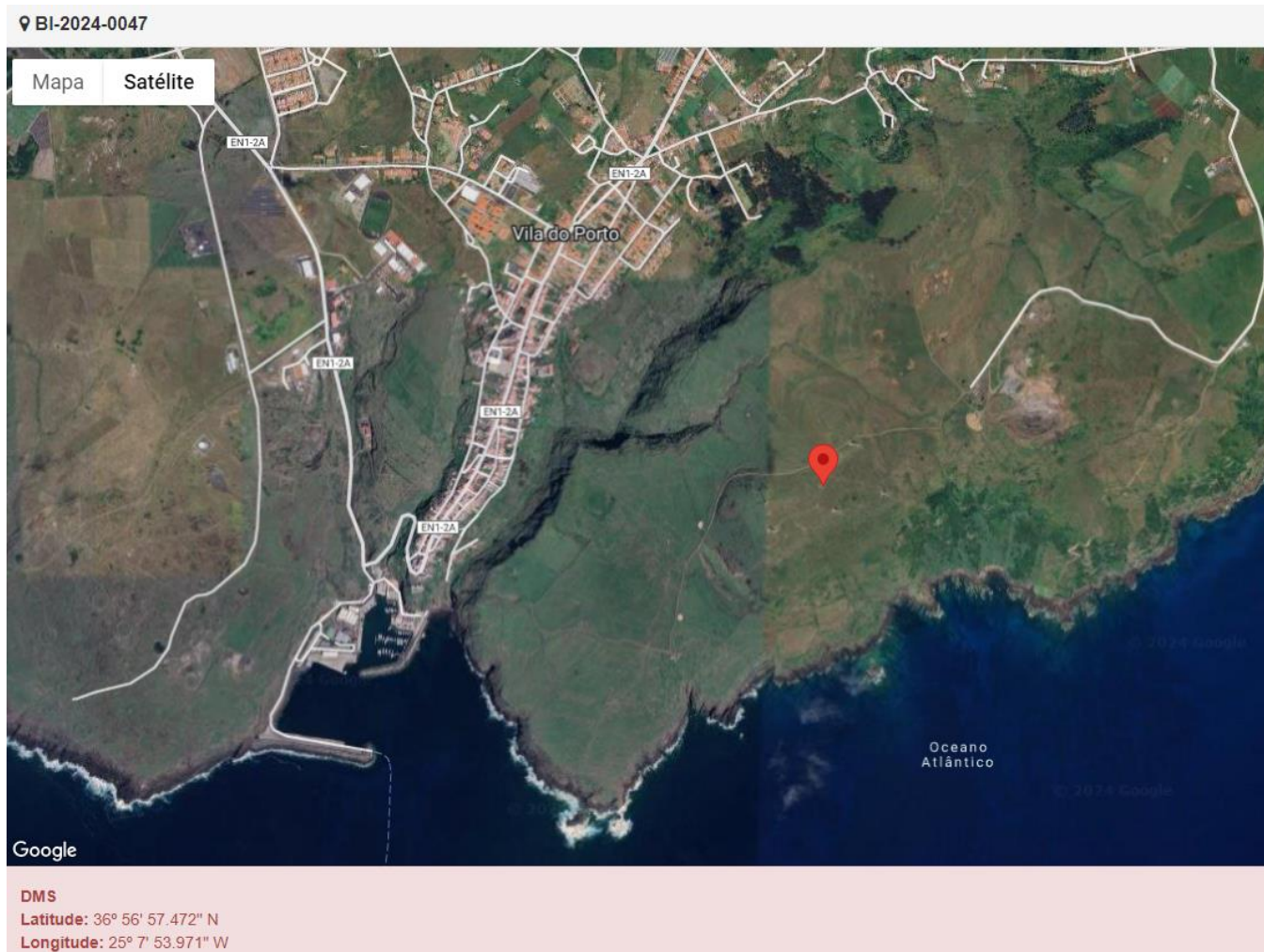
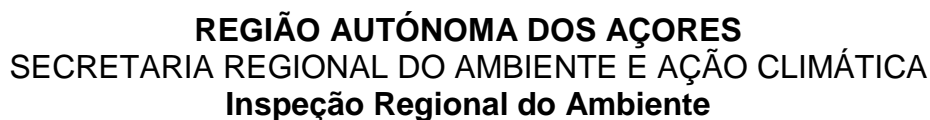


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Descrição da instalação

O Parque Eólico do Figueiral entrou em operação em 1988. Em 2002 foi alvo de remodelação e foi ampliado em 2013. Atualmente é composto por 5 aerogeradores Enercon E30, num total de 1,5 MW de potência instalada.

[illegible]

## 2.2 – Descrição da situação observada

Relativamente à fase de projeto, o parque eólico do Figueiral não estava abrangido por Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), por ter menos de 20 torres ou potência menor que 20 MW, pelo que não existem condições a verificar nesta matéria.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

Relativamente à fase de exploração, as matérias a verificar são essencialmente a gestão de resíduos relacionados com a lubrificação dos rotores e manutenção das torres, tendo sido declarados no SRIR, em 2020, 2021 e 2022 os seguintes resíduos classificados como perigosos:

- 150110 (\*) embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas
- 150202 (\*) absorv., mat. Filtrant. (incluindo filt. de óleo não anteriormente especific.), panos de limpeza e vest. de proteção contaminados por subst. perigosas
- 160601 (\*) acumuladores de chumbo
- 200133 (\*) pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores, não triados, contendo desses acumuladores ou pilhas

Não submeteu a declaração (SRIR) relativa a 2023.

### **2.3 – Outras informações obtidas**

A EDA Renováveis está inscrita no SRIR e foram verificados os mapas de registo de resíduos relativos aos últimos quatro anos (2020, 2021, 2022 e 2023), onde se confirma o encaminhamento dos referidos resíduos (essencialmente embalagens dos produtos de lubrificação, desperdícios contaminados, acumuladores, etc.).

O mapa (SRIR) relativo ao ano de 2023 não foi submetido.

O plano interno de prevenção e gestão de resíduos (PIPGR) não foi enviado à autoridade ambiental para aprovação (verificado através do SRIR a 13/06/2024).

### **2.4 – Enquadramento legal**

- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos.
- Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro, que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. O mapa (SRIR) relativo ao ano de 2023 não foi submetido. O não preenchimento dentro do prazo ou o preenchimento incorreto ou incompleto dos mapas de registo de resíduos no SRIR, bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. O incumprimento da obrigação do envio do plano interno de prevenção e gestão de resíduos para aprovação, em violação do disposto nos n.º 2 e 3 do art.º 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista pela alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do art.º 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: